

Audiência pública discute problema de segurança em veículo da Honda

Assunto:

DIREITOS DO CONSUMIDOR



Audiência pública discute problemas de segurança em veículo da Honda

A Comissão de

Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou audiência pública nessa quinta-feira (18/8) para debater problemas enfrentados por proprietários do veículo Honda New Civic. A reunião foi motivada por queixas de não acionamento do alarme nos automóveis deste modelo em casos de arrombamento do porta-malas.

“Os alarmes tradicionais, vendidos no mercado, disparam normalmente em casos de abertura de portas. Tive o porta-malas do meu veículo violado, roubaram o estepe e o alarme não disparou, mas a Honda não reconhece que há um problema,” enfatizou o consumidor André de Paiva, que disse que desde então não anda com o estepe no veículo com medo de ser novamente roubado.

A vereadora Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), que requereu a audiência, lamentou a ausência de representantes da fabricante do veículo e solicitou ao Ministério Público e ao PROCON/BH que acionem a empresa sobre o problema relatado.

Para José Alberto Braga, representante do Ministério Público, a empresa cria obstáculo para os consumidores ao trazer no manual do veículo a informação de que qualquer mudança no sistema elétrico acarretará a perda da garantia do automóvel.

A integrante da Comissão Silvia Helena (PPS) mostrou-se revoltada com a situação. “É um carro caro, que não oferece a segurança necessária para os consumidores,” pontuou a parlamentar. Já o vereador Leonardo Mattos (PV) foi além: “Acredito que haja um mercado clandestino de estepes em Belo Horizonte”, argumentou. “O veículo já possui um pedido de recall na bomba d’água que, segundo informações do Departamento de Proteção e

Defesa do Consumidor (DPDC), pode afetar o sistema elétrico do veículo. Iremos tomar as devidas providências em relação ao problema no alarme. Poderemos abrir um novo processo ou acrescentar ao já existente,? ressaltou Maria Lúcia Santos, coordenadora do PROCON/BH.

A Comissão prometeu acompanhar de perto o desenrolar dos fatos através do PROCON/BH e do Ministério Público, que se dispuseram a informar sobre o andamento do processo.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quarta-Feira, 17 Agosto, 2011 - 21:00
